

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de  
Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Eduardo Cabrita

S. Bento, 6 de fevereiro de 2013

**Assunto: Audição, com carácter de urgência, da SEFIN - Associação Portuguesa dos Utilizadores e Consumidores de Serviços e Produtos Financeiros, da DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, do ISP - Instituto de Seguros de Portugal e do Banco de Portugal**

Todos os dias chegam ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda inúmeras queixas relacionadas com as dificuldades que as instituições financeiras estão a colocar relativas ao resgate dos PPR/E, no âmbito da sua utilização para pagamento de prestações de crédito à aquisição e construção de habitação própria permanente, tal como previsto na Lei nº 57/2012. Segundo noticiado na imprensa, algumas associações de defesa dos direitos dos consumidores estão também a ser contactadas com queixas relativas a esta mesma temática.

É com preocupação que constatamos que os cidadãos se queixam de dificuldades criadas por instituições financeiras no acesso às possibilidades previstas na lei. Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda questionou formalmente o Banco de Portugal, tendo igualmente aproveitado a audição parlamentar do Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, para abordar novamente o assunto. Em resposta, o responsável pelo

supervisor bancário apontou o que, na sua opinião, seriam algumas limitações do texto legislativo que estariam a dificultar a aplicação da lei.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda envolveu-se profundamente nas alterações recentes à lei, no sentido de dotar as famílias de mais faculdades para cumprirem com os encargos do crédito à habitação. Desta forma protege-se um direito fundamental que é o direito à habitação.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda pretende efetuar todas as diligências parlamentares necessárias tendo em vista a melhoria e a supressão dos possíveis aspetos por esclarecer existentes na lei. Assim, garantiremos o efetivo resgate dos PPR/E por parte dos cidadãos, como forma de aligeirar as dificuldades financeiras que as famílias enfrentam.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda crê ser essencial recolher a opinião da SEFIN e da DECO, para além da audição do Banco de Portugal e do ISP.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Banco de Portugal, do ISP, da SEFIN e da DECO.*

O Deputado do Bloco de Esquerda,



Pedro Filipe Soares